

Pós-graduação em Instituições Financeiras pela Universidade Católica do Porto;

Atividade profissional:

Coordenador comercial na OPS — Organização Portuguesa de Seguros;

Assessor diretor de produção e comercial na empresa de Calçado ACO SA;

Gestor de clientes empresa no Banco Nacional de Crédito Imobiliário;

Gestor de clientes particulares no Barclays Bank;

Responsável pelas empresas na zona de Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Trofa no Barclays Bank;

Diretor agência em Vila Nova de Famalicão no Barclays Bank.

207660027

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Aviso (extrato) n.º 3413/2014

Extensão de reconhecimento de organismo de controlo e certificação

1 — Por despacho da Senhora Subdiretora-Geral, Eng.ª Filipa Osório, de 21 de fevereiro de 2014, a CODIMACO — Controlo e Qualidade, L.ª, é reconhecida como Organismo de Controlo e Certificação para Ginja de Óbidos e Alcobaça IGP, para o qual foi indigitado pelo respetivo Agrupamento Gestor, uma vez que o mesmo já se encontra reconhecido pela DGADR para produtos previstos no âmbito do Despacho Normativo n.º 47/97 de 30 de junho de 1997, cumprindo os n.ºs 4 e 8 do Anexo IV do mesmo Despacho Normativo e verificando-se que para o caso específico também cumpre com o n.º 3 do mesmo anexo.

2 — A manutenção do reconhecimento fica condicionada à obtenção de acreditação de acordo com a Norma ISO/IEC 1765:2012 para o produto referido.

3 — É publicado como anexo ao presente aviso a marca de certificação.

4 — O presente aviso produz efeitos a partir da data do despacho.

27 de fevereiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro Teixeira*.



207656707

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

Aviso n.º 3414/2014

No termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que no âmbito do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo aprovado pela Portaria 221-A/2013, de 8 de julho, Ana Cristina Ferreira Fêria Baia, assistente técnica em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, cessou funções na DGRM, com efeitos a 31 de dezembro de 2013.

27 de fevereiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Miguel Sequeira*.

207660165

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.

Despacho n.º 3749/2014

1 — De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, foi aberto procedimento concursal para seleção do titular do cargo, de direção intermédia de 2.º grau, de Chefe de Unidade de Contencioso (DJU-UCTC), previsto no n.º 2 dos artigos 1.º e 2.º dos Estatutos do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., aprovados pela Portaria n.º 393/2012, de 29 de novembro.

2 — O referido procedimento foi publicitado e concluído de acordo com os respetivos condicionalismos e formalismos legais, tendo o Júri do concurso apresentado proposta de designação da licenciada Isabel Maria Pereira de Matos, para o desempenho daquele cargo, com base nos factos, razões e fundamentos constantes da referida proposta, que integra o respetivo procedimento concursal.

3 — Tendo em conta a citada proposta de designação, considera-se que a candidata proposta possui a competência técnica, a experiência profissional e a aptidão necessárias para o exercício do cargo, bem como o perfil adequado para o exercício das funções em causa.

4 — Pelo exposto, designo para o cargo de Chefe de Unidade de Contencioso, a licenciada Isabel Maria Pereira de Matos em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2014, nos termos dos números 9 e 10 do artigo 21.º Lei n.º 2/2004.

5 — A nota curricular da licenciada em apreço fica junta ao presente despacho, dele fazendo integrante.

3 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo do IFAP, I. P., *Luís Souto Barreiros*.

Nota curricular

Dados Pessoais

Nome: Isabel Maria Pereira de Matos

Data de Nascimento: 31 de janeiro de 1965

Naturalidade: Lisboa

Habilitações Académicas

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa, concluída em 16/10/1991

Pós-Graduação em Estudos Europeus, pelo Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica de Lisboa, concluída em 1992

Pós-Graduação em Direito da Comunicação, pelo Instituto da Comunicação da Faculdade de Direito de Coimbra, concluída em 1993

Formação Profissional

Curso de Formação de Técnico de Formação Profissional, pelo Sinergia, concluído no ano de 1992

Estágio de advocacia da Ordem dos Advogados, concluído em outubro de 1993

Frequência do Seminário de Alta Direção, no ano de 2005

Diversa formação nas áreas jurídica, administração pública, agricultura e informática

Atividade Profissional

Chefe da Unidade de Contencioso do Departamento Jurídico do IFAP, I. P. -desde 2007

Chefe de Serviço do Serviço de Contencioso da Direção Jurídica do IFADAP/INGA — de 2003 a 2007

Chefe de Serviço do Serviço de Contencioso da Direção Jurídica do INGA — de 2001 a 2003 Coordenadora do Núcleo de Contraordenações do Serviço de Contencioso da Direção Jurídica do INGA de fevereiro a outubro de 2001

Chefe de Serviço do Serviço de Contencioso da Direção Jurídica do INGA, de maio de 1999 a abril de 2000.

Consultora Jurídica integrada na Divisão Jurídica do INGA de 1994 a abril 1999, e de maio de 2000 a novembro de 2001.

Participação, em representação do IFAP, I. P. em reuniões com outros organismos da administração pública e tutela, no âmbito de processos e matérias legislativas e de contencioso.

Participação, em representação do IFADAP/INGA e IFAP,IP, em missões /auditorias, referentes a recuperações de apoios indevidamente recebidos, fraudes e irregularidades, nas matérias de contencioso associadas. Exercício da atividade de Técnica de Formação Profissional.

207656497

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.

Despacho n.º 3750/2014

Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e seguintes do artigo 33.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de abril e n.º 64/2011, de 22 de dezembro, designo como minha secretária, a assistente técnica do mapa de pessoal do INIAV, I. P., Graciosa Maria Riscado da Silva Antunes, com efeitos a 2 de janeiro de 2014.

Pelo exercício de funções de secretariado desempenhadas, a trabalhadora terá direito ao suplemento remuneratório calculado nos termos do n.º 5 do artigo 33.º do Estatuto do Pessoal Dirigente.

3 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Canada*.

207657833

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Despacho n.º 3751/2014

Faz-se público que o procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na carreira de assistente técnico, do mapa de pessoal do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P., publicado através no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 203, de 21 de outubro de 2013, aviso n.º 12826/2013, recebeu três candidaturas que foram excluídas, por os candidatos não serem detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, devendo assim concluir-se que o referido concurso ficou deserto.

21 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jorge Miguel Alberto de Miranda*.

207663657

Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.

Aviso n.º 3415/2014

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, na redação atual, torna-se público que, por meu despacho de 18 de fevereiro de 2014, e na sequência de procedimento concursal para reservas de recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico da área de património e venda ao público de produtos do setor vitivinícola, do mapa de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho, I. P., aberto pelo Aviso n.º 6050/2013, publicado no *Diário da República* n.º 89, 2.ª série, de 9 de maio de 2013 e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de fevereiro de 2014, com Tiago Ramos Lucas Tomás Pinto, ficando posicionado entre a 1.ª e 2.ª posição remuneratória da carreira de assistente técnico e entre o 5.º e 7.º nível remuneratório da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, sujeito a período experimental de 120 dias, correspondente à duração determinada

pelo disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, conjugado com o n.º 1 da cláusula 6.ª do Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009 e regulamento de extensão n.º 1-A/2010.

18 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *António Frederico Sousa Cid de Sousa Falcão*.

207661323

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 3752/2014

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) realizou procedimento concursal para o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P., publicado pelo Aviso (extrato) n.º 11901/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 184, de 24 de setembro, em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, previstas nos artigos 18.º e 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicáveis por força do n.º 4 do artigo 19.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, posteriormente alterada pelo Decreto-Lei n.º 123/2012, de 20 de junho e pelas Leis n.ºs 24/2012, de 9 de julho e 66-B/2012, de 31 de dezembro;

Considerando que, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 19.º da citada Lei n.º 2/2004, o júri do mencionado procedimento concursal apresentou proposta indicando três candidatos, entre os quais o Professor Doutor José Maria Mendes Ribeiro de Freitas Albuquerque.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 19.º, dos artigos 20.º e 25.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, posteriormente alterada pelo Decreto-Lei n.º 123/2012, de 20 de junho e pelas Leis n.ºs 24/2012, de 9 de julho e 66-B/2012, de 31 de dezembro, determino o seguinte:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, renovável por igual período, o Professor Doutor José Maria Mendes Ribeiro de Freitas Albuquerque, para exercer o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P., cujo currículo académico e profissional consta da nota curricular publicada em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 3 de março de 2014.

4 de março de 2014. — O Ministro da Saúde, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

Nota curricular

Nome — José Maria Mendes Ribeiro de Freitas Albuquerque.

Formação académica:

Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde, AESE Business School, 2011 (Lisboa, Portugal);

Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais pela Lehigh University, PA (EUA), 1998;

Equivalência do grau concedida pela Universidade Técnica de Lisboa, 1998;

Licenciado em Engenharia Metalúrgica e de Materiais no Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, 1991.

Experiência profissional:

Investigador coordenador integrado no Centro de Estudos de Sociologia, CESNOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, desde 2011;

Assessor da Direção de Investigação e Desenvolvimento, Instituto de Soldadura e Qualidade, Taguspark, Oeiras, 2006, 2010-2013;

Membro do comité de governação da plataforma tecnológica *European Technology Platform on Advanced Engineering Materials and Technologies* (EuMat) 2010-2013;

Vogal do Colégio Regional de Engenharia de Materiais da Ordem dos Engenheiros, eleito para o triénio 2010-2013 e novamente 2013-2016.

Alto Comissário-adjunto da Saúde, Alto Comissariado da Saúde, Ministério da Saúde (MS) 2007-2010. Responsável pelo Gabinete de Informação e Prospectiva. Membro Permanente da Comissão de Acom-